



Congresso analisará veto sobre certificação de filantrópicas

Veto de Temer anulou permissão para que instituições que tratam dependentes químicos possam firmar convênios com Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

O Congresso se reúne amanhã para votar dois vetos presidenciais e três projetos de lei. Um dos itens que se destacam na pauta é o veto a trecho de lei que simplificou a certificação de filantrópicas. O texto liberava o contrato com qualquer órgão do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Também está na pauta veto sobre regras para produção e venda de polpa e suco de frutas. A regulamentação seria apenas para associações de agricultores familiares. O veto derruba a restrição.

Completam a pauta três projetos, dois deles sobre criação de cargos. **3**



Senadores e deputados se reúnem amanhã para votar pauta que inclui dois vetos e três projetos de lei, dois dos quais criam cargos e funções para o Executivo

Jonas Pereira/Agência Senado - 25/4/2018

Parlamento do Mercosul avalia violações de direitos humanos em países do bloco

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania do Parlamento do Mercosul (Parlasul) está colhendo dados para elaborar um relatório sobre violações de direitos em todos os países do

bloco. Na sexta-feira, o colegiado fez audiência no Rio para debater temas como violência policial e precariedade do sistema prisional. O senador Humberto Costa participou do debate. **2**



Membro da Comissão de Direitos Humanos do Parlasul, Humberto (C) representa Brasil na reunião

Roberto Stuckert Filho/Cob. Sen. - Humberto Costa



Ao lado de Pedro Chaves (D), Fábio Coelho afirma que código reduzirá burocracia para negócios

Novo Código Comercial deve priorizar micros e pequenos, aponta audiência

Em audiência pública em Campo Grande sobre o novo Código Comercial, debatedores pediram prioridade para pequenos e microempreendimentos. Também cobraram menos

burocracia para o ambiente de negócios. O senador Pedro Chaves disse que aceitará sugestões para elaborar o relatório, que deve ser apresentado em 20 de junho. **4**

Instituição Fiscal confirma crescimento gradual da economia

O relatório de acompanhamento fiscal de maio, produzido pela Instituição Fiscal Independente, aponta que a economia brasileira está em processo de recuperação sistemática, porém lento e enfrentando algumas dificuldades. Segundo o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, os principais índices econômicos confirmam a tendência. **3**

Dia Nacional da Defensoria Pública terá sessão especial

A Defensoria Pública, que serve ao cidadão que não tem acesso a serviço jurídico particular, será homenageada hoje, às 11h, em sessão especial no Plenário do Senado. O requerimento, de Vanessa Grazziotin, tem o objetivo de registrar a passagem do Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio, de acordo com a Lei 10.448, de 2002. **2**

Desabamento de prédio em SP motiva debate sobre moradia

A Comissão de Direitos Humanos vai promover uma audiência pública sobre ocupação de prédios e a falta de moradias. O debate foi motivado pelo desabamento, após incêndio, de um edifício em São Paulo ocupado irregularmente por 146 famílias. A comissão também vai fazer um ciclo de debates sobre a saúde pública e os planos de saúde. **4**

Reforma trabalhista e novo estatuto para área são temas de audiência **4**

Comissão Senado do Futuro vai discutir políticas ambientais **3**

Exposição mostra contexto de genocídio pela fome na Ucrânia **3**

Carla Spissardi/Cob. Sen. - Gabinete do senador Pedro Chaves

Roberto Sturckert Filho/Gabinete do senador Humberto Costa



Humberto Costa (2º à dir.) e o deputado Jean Wyllys (3º à dir.) representam o Brasil na audiência, na sede da OAB

Parlasul fará relatório sobre violação a direitos humanos

Violência policial e precariedade do sistema carcerário foram alguns dos problemas debatidos em audiência pública de comissão do Parlamento do Mercosul, que colhe dados para elaborar documento

TEMAS COMO PÉSSIMAS condições de encarceramento, violência policial e desrespeito aos direitos de moradores de favelas foram debatidos na sexta-feira em uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania do Parlamento do Mercosul (Parlasul), no Rio de Janeiro. A comissão vai elaborar um relatório sobre a situação de todos os países do bloco. O encontro ocorreu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Pesquisadores e integrantes de movimentos sociais relataram deficiências do país na garantia dos direitos humanos da população e situações em que o próprio Estado é o violador desses direitos, como no sistema penitenciário. A comissão

é presidida pela parlamentar argentina Cecilia Britto e tem ainda representantes de Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Pelo Brasil, participam o senador Humberto Costa (PT-PE) e o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ).

A presidente da comissão lembrou que a audiência no Brasil ocorre após visitas à Venezuela, ao Uruguai e Paraguai e que é preciso defender os direitos humanos independentemente de preferência política.

— Os direitos humanos não têm ideologia nem fronteira. São seres humanos que precisam dos lugares que ocupamos para garantir seus direitos.

Humberto afirmou que o país passa por um grave momento político, econômico e social e

que a instabilidade é resultado das políticas implementadas pelo governo de Michel Temer.

O senador disse ainda que as autoridades precisam punir os responsáveis pelos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes e protestou contra a prisão do ex-presidente Lula.

— Talvez hoje, entre os países do Mercosul, o Brasil é um daqueles onde os direitos humanos são mais agredidos.

Ele também citou a descoberta de documento que indica a autorização do presidente Ernesto Geisel a assassinatos de opositores do regime militar.

— É mais uma prova do erro que cometeram os setores conservadores que deram sustentação ao golpe militar.

Com Agência Brasil

Sessão especial homenageará defensores públicos

O Senado terá sessão especial hoje, às 11h, em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública da União (DPU). A data é comemorada em 19 de maio, como estabelece a Lei 10.448, de 2002.

O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita está previsto na Constituição de 1988. A aplicação desse direito é a razão de existência da Defensoria Pública, que é uma instituição constitucionalmente autônoma por também estar prevista na Carta Magna. A instituição tem como finalidade prestar assistência jurídica gratuita aos cidadãos que não têm

condições de pagar pelo serviço jurídico prestado por um advogado particular.

A sessão contará com a presença do defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz, que ocupa a administração superior da DPU desde 2016. A defensora pública federal e secretária-geral-executiva da DPU, Liana Lidiane Pacheco Dani, também deverá comparecer.

Atuação direta

A sugestão da sessão foi de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para a senadora, a Defensoria tem grande importância para a parte da população

que, não possuindo recursos, necessita de uma “atuação mais direta e tempestiva das Defensorias para o efetivo exercício de seus direitos”. Outros 13 senadores apoiaram o pedido.

“Da mesma forma que nem todos conseguem pagar um médico individualmente, e o Estado deve proporcionar o atendimento médico, na seara da Justiça o Estado também deve promover condições para o cidadão ter acesso a uma defesa patrocinada e técnica para aqueles menos favorecidos”, afirma Vanessa no requerimento de realização da sessão.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- SEGUNDA**
- CDH Estatuto do Trabalho**
9h Audiência interativa para debater o Estatuto do Trabalho e os seis meses da reforma trabalhista.
- SESSÃO ESPECIAL Defensoria Pública**
11h Comemoração do Dia da Defensoria Pública.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Sessão de discursos dos senadores e avisos da Mesa.
- CSF Políticas ambientais**
18h Audiência interativa sobre políticas ambientais.
- TERÇA**
- CDH Abolição da Escravatura**
9h Audiência interativa para debater 130 anos da Abolição da Escravatura e a “esclavidão moderna”.
- CI Verba para transportes**
9h Entre 12 itens, o PLS 11/2013, que destina recursos da Cide para projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos.
- CAE Sublocação de imóveis**
10h O PLC 122/2015, que impede sublocação de imóvel pelo franqueador, é um dos 14 itens.
- CE Ministro da Educação**
10h Audiência interativa com o ministro da Educação, Rossieli Soares.
- CRA Estatísticas rurais**
11h Audiência interativa para discutir a importância das estatísticas rurais para o planejamento e avaliação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.
- CMA Aquaponia**
11h30 Na pauta, o PLS 162/2015, que incentiva a aquaponia — sistema que une a piscicultura e a hidroponia —, e mais 15 itens.
- CAS Alergia alimentar**
14h Audiência interativa para debater proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar.
- CCT Serviços de telecomunicações**
14h30 Entre os 14 itens na pauta, o PLS 662/2011, que visa facilitar comparação entre serviços de telecomunicações.
- LEI KANDIR Relatório final**
14h30 Análise do relatório final da comissão mista especial.
- QUARTA**
- CONGRESSO Criação de cargos**
15h Análise de 2 vetos e 3 projetos — entre eles, o PLN 7/2018, que viabiliza provimento de cargos no gabinete da intervenção federal no Rio de Janeiro.
- CAS Pesquisa social**
9h O PRS 38/2017, que cria no Senado a Instituição de Pesquisas Sociais Independente, é um dos 16 itens da pauta.
- CDR Ministro da Integração**
9h Audiência interativa com o ministro da Integração Nacional, Antônio de Pádua Andrade, sobre conclusão do projeto de transposição do Rio São Francisco.
- CCJ Sistema Único de Segurança**
10h Entre os 24 itens na pauta, está o PLC 19/2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública.
- CPI DOS CARTÕES Empresas**
10h15 Audiência com empresas credenciadoras de cartão de crédito.
- CE Dia Nacional do Museu**
10h30 Instituição do Dia Nacional do Museu é tema de audiência pública.
- CTFC Combate ao fumo**
11h Pauta de 5 itens inclui o PLS 769/2015, que amplia ações de combate ao fumo.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Denúncias**
14h Depoimento do ex-técnico da seleção brasileira de ginástica artística Fernando de Carvalho Lopes.
- MP 824/2018 Agricultor irrigante**
14h30 Instalação e eleição de presidente da comissão sobre medida provisória que altera regras para agricultor irrigante.
- MP 826/2018 Intervenção no RJ**
14h45 Instalação e eleição de presidente da comissão sobre MP que cria cargos para o gabinete de intervenção no Rio.
- MP 827/2018 Agentes de saúde**
15h Instalação e eleição de presidente de MP sobre agentes comunitários de saúde.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimento**
10h Audiência debate maus-tratos em crianças e adolescentes. Após, depoimento de Alexandre Christian Mathieu Salun.
- MP 821/2018 Segurança pública**
10h A comissão da MP que cria o Ministério da Segurança Pública faz audiência com a OAB-DF e as Polícias Federal e Rodoviária Federal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso vota amanhã veto sobre filantrópica

Trecho de lei vetado permite que instituições que tratam dependentes químicos possam firmar convênios com órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

O CONGRESSO REÚNE-SE amanhã, às 15h, para votação de dois vetos presidenciais e de três projetos.

Um dos principais itens da pauta é o veto que anulou a permissão para que instituições filantrópicas que tratam dependentes químicos possam firmar contratos com qualquer órgão do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

A permissão constava da Lei 13.650, de 2018, que simplifica as regras para a obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). A justificativa do presidente Michel Temer para o veto foi que “a possibilidade de pactuação com órgão não integrante do Sistema Único de Saúde viola

a premissa constitucional de unicidade do SUS”.

A certificação das filantrópicas, regulada pela Lei 12.101, de 2009, reconhece uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos como sendo de assistência social e permite a ela a isenção de pagamentos das contribuições para a seguridade social. Com o Cebas, as entidades podem celebrar convênios com o poder público, obter repasses para cobrir despesas de custeio e até desconto na conta de energia elétrica.

Pela norma, também podem obter certificação as instituições reconhecidas como serviços de atenção a dependentes químicos. O requisito é que elas sejam qualificadas como entidades de saúde.



Senadores e deputados devem votar dois vetos e três projetos de lei

Outro item da pauta é o veto à lei que regulamenta a produção de polpa e de suco de frutas. Pela Lei 13.648, de 2018, as novas normas seriam aplicadas apenas às cooperativas e associações formadas por agricultores familiares. O

veto retirou a restrição.

Também foi vetado o trecho que estabelece que a produção, a padronização e o envase da polpa ou do suco de frutas devem ser feitos exclusivamente na agricultura familiar. Senadores e deputados tam-

bém devem votar o projeto que modifica a lei orçamentária anual (LOA) e prevê a criação de 231 cargos e funções, 67 dos quais para compor o gabinete da intervenção federal no Rio de Janeiro (PLN 6/2018). Os 164 restantes são cargos em comissão para direção e assessoramento na área de segurança pública e outras demandas do governo.

Para complementar esse projeto, o governo enviou outra proposta com ajustes na LDO, que também pode ser votada pelo Congresso (PLN 7/2018).

Completa a pauta o projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que cria a Jornada Nacional de Controle Externo, a ser promovida a cada dois anos.

Instituição Fiscal aponta melhora lenta e consistente da economia

A economia brasileira está em processo de recuperação sistemática, ainda que lento e enfrentando algumas dificuldades. É o que aponta o relatório de acompanhamento fiscal de maio, da Instituição Fiscal Independente (IFI).

De acordo com o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, o quadro econômico do país tem melhorado, apesar da existência de certo nível de ociosidade e da elevação da incerteza dos agentes econômicos quanto ao desempenho futuro.

— Nós estamos em recuperação, mas com alguma dificuldade. Isso é evidenciado pela incerteza que aumentou significativamente e pela questão da capacidade ociosa.

Por outro lado, há indicadores também que mostram alguns sinais positivos compensando um pouco essa história — disse.

O relatório estima crescimento de 2,7% do PIB para 2018. Na avaliação de Felipe

Salto, esse número pode ser considerado expressivo pelo fato de a economia brasileira ter passado recentemente, entre 2015 e 2016, por um período de queda significativa.

Pelo documento, a recuperação econômica vem ocorrendo

há vários meses e é possível verificar melhora do mercado de trabalho, ainda que pautada pelo setor informal.

— O mercado formal ainda não está melhorando. Mas no cômputo geral você já vê uma tendência. E os indicadores de indústria, de comércio, todos esses que a gente analisa no relatório, eles indicam uma tendência de alta, mas com um certo tropeço — explica.

Conforme o estudo, a dívida pública deverá crescer até 2023 para atingir cerca de 86,6% do PIB, tomando como mais provável a ocorrência de um cenário base, nem otimista nem pessimista.

— Se a lição de casa for feita, se o ajuste fiscal continuar, se nós conseguirmos uma

combinação de medidas que envolvem também o crescimento econômico que tem uma importância muito grande nessa matéria, aí sim a dívida cresce um pouco, mas ela passa a cair a partir de 2023 e 2024 — alertou.

Na avaliação de Salto, as escolhas políticas dos eleitos na próximas eleições serão muito importantes para determinar os rumos que a economia brasileira vai trilhar a partir do próximo ano.

— Estratégias mais afeitas ao ajuste fiscal podem levar no médio prazo e longo prazo a um crescimento econômico mais alto.



Para Salto, indicadores mostram tendência de alta da atividade econômica

Pedro França/Agência Senado - 8/5/2018

Veja o relatório completo em: <http://bit.ly/RAFmaio2018>

Comissão Senado do Futuro vai debater políticas ambientais

Preservação e recuperação do meio ambiente e formas de incentivar o desenvolvimento sustentável são alguns dos assuntos que serão debatidos hoje na Comissão Senado do Futuro. A iniciativa da audiência pública, que tem como tema as políticas ambientais, é do presidente do colegiado, senador Hélio José (Pros-DF)

A audiência faz parte do ciclo de debates “2022 — o Brasil que queremos”, sobre como estará o país quando completar 200 anos de Independência.

Foram convidados a professora da Universidade de Brasília (UnB) Mercedes Bustamante, o professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) Ricardo Moretti, a assessora do Instituto de

Estudos Socioeconômicos (Inesc) Alessandra Cardoso e o sociólogo da Biocomunidade Sítio das Neves Eugênio Giovenardi.

Parcerias

Os debates têm sido realizados em conjunto com entidades, como a UnB, a OAB, a Embrapa, a Fundação Oswaldo Cruz/Brasília, a União Planetária, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o Centro Universitário de Brasília (Uniceub), o Centro Universitário Iesb, o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Movimento Todos pela Educação.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Exposição mostra genocídio pela fome na Ucrânia

O Senado sedia até sexta-feira a exposição *Ucrânia 1932-1933: genocídio pela fome*. São 15 painéis montados na Senado Galeria (no corredor de acesso ao Anexo 1) que mostram o contexto histórico e as consequências do programa de reorganização da agricultura dos estados soviéticos, durante o governo de Josef Stalin, que matou milhões de ucranianos, no início da década de 1930.

O embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko, participou da abertura da exposição, na semana passada. Tronenko afirmou que o extermínio de pessoas inocentes só foi possível devido à política de terror do regime soviético. Ele também culpou a repressão pela pouca divulgação sobre

a tragédia na época.

— Se o Holodomor não tivesse sido calado e silenciado pela propaganda soviética, o Holocausto poderia ter sido evitado. O silêncio ensurdecedor e a omissão criminosos desse fato hediondo fizeram com que a impunidade fosse possível de outras formas, com outros países.

Reconhecimento

O embaixador afirmou ainda que a comunidade brasileira de descendentes ucranianos aguarda o reconhecimento do Brasil ao Holodomor — o termo, que em ucraniano significa morte por fome, é usado para descrever o extermínio programado pelo Estado soviético.

— Nossa comunidade tem hoje mais de 1 milhão de descendentes espalhados

por todo o Brasil e aguarda ansiosa uma posição brasileira a respeito do reconhecimento do Holodomor como genocídio ou crime contra a humanidade.

O senador José Medeiros (Pode-MT) afirmou que a história é sempre contada pelos vencedores, que, no entanto, nem sempre relatam a verdade. Ele lembrou que o tema do genocídio na Ucrânia já foi tratado em debate no Senado e elogiou a exposição.

— É importante que eventos dessa natureza ocorram para que esses fatos sempre sejam lembrados. Não somente para a Ucrânia, mas para todos os povos.

A mostra é uma iniciativa do gabinete do senador Alvaro Dias (Pode-PR) e da Embaixada da Ucrânia no Brasil.

Debate: código deve facilitar empreendimentos

Em audiência em Campo Grande, debatedores alertaram para a necessidade de desburocratização do ambiente de negócios e a inclusão de pequenos e microempreendedores

UMA PARTE SIGNIFICATIVA dos desempregados brasileiros busca no empreendedorismo informal alternativas de sobrevivência. A afirmação é do presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande, João Carlos Polidoro, em audiência feita na sexta-feira pela comissão que elabora o novo Código Comercial (PLS 487/2013).

Polidoro disse que a informalidade tem explodido nos últimos anos como reflexo da crise econômica. Por isso, disse, o código deve priorizar a simplicidade de procedimentos e a desburocratização e ter um olhar mais atento aos pequenos e microempreendedores. Para ele, o país precisa desenvolver estratégias para incluir milhões de pessoas que estão na informalidade.

— Mais do que nunca, o emprego e a renda estão vinculados a pequenos empreendimentos, muito mais do que a médias ou grandes companhias. Milhões de pessoas estão empreendendo por pura necessidade, porque perderam seus empregos. Honestamente, me parece que o anteprojeto hoje não os contempla, o código tem mais de 1.100 artigos e não reconhece que grandes, médios e pequenos negócios vivem realidades completamente diferentes — criticou.

Como alternativa para sim-



Pedro Chaves (C) comanda a audiência pública em Campo Grande sobre o novo Código Comercial: relatório final deve ser apresentado em junho

plificar procedimentos e desburocratizar a atuação empresarial, Polidoro pediu ao relator, Pedro Chaves (PRB-MS), que o novo código concentre, no ambiente on-line, a prestação de contas ao poder público.

O senador afirmou que acolherá sugestões de mudanças no texto, que vem recebendo por meio das audiências, e disse que o foco do trabalho é desburocratizar ao máximo todos os procedimentos ligados à atividade empresarial. Segundo ele, o texto final será apresentado em 20 de junho.

Engajamento

Para o promotor de Justiça Paulo César Zeni, as associações ligadas a pequenos e microempreendedores precisam

se engajar mais nas discussões do novo código. De acordo com ele, o anteprojeto “só traz segurança jurídica aos bancos, ao mercado financeiro” e desconsidera que os micros e pequenos negócios vivem realidades totalmente distintas das grandes empresas.

Campo

Quem também expôs essa visão, mas voltada para os pequenos produtores rurais, foi o presidente da Comissão de Direito Empresarial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Mato Grosso do Sul, Douglas Oliveira. Ele lamentou que o anteprojeto desconsidere as imprevisibilidades ligadas às condições climáticas para pequenos empreendimentos no campo.

— Muita gente na área rural também está empreendendo porque perdeu seus postos de trabalho. As grandes empresas possuem pessoal especializado, departamentos focados no cálculo de riscos climáticos, e ainda assim não raro passam por prejuízos em seus empreendimentos. Já quem é micro e pequeno produtor está muito mais sujeito a essas intempéries, não é inteligente desconsiderar esse fato.

Na resposta aos participantes da audiência, o presidente da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto, Fábio Ulhoa Coelho, garantiu que o novo código, caso seja aprovado, “gerará uma atmosfera de negócios muito menos afetada pela burocracia e com muito mais segurança jurídica”.

— Num mundo ideal, deveria existir o menor número de normas e regras, mas não dá. As relações hoje em dia são muito complexas, mas posso garantir a vocês que o código, com seus mais de 1.000 artigos, é o mínimo para que seja garantida a atividade empresarial neste país. Se você deixa de regular certos aspectos, pode acabar gerando problemas muito maiores aos próprios empreendedores.

Coelho acrescentou que o potencial burocrático nesse caso “não pode ser julgado pela quantidade de artigos, mas sim pela filosofia neles aplicada”. Segundo ele, o novo código substituirá as muitas leis hoje dispersas que regulam as atividades empresariais.

Comissão avalia seis meses de vigência da reforma trabalhista

A reforma trabalhista implantada pelo governo de Michel Temer completa seis meses e vai ser tema de uma audiência pública hoje da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os senadores receberão representantes do setor sindical e da Justiça do Trabalho. A iniciativa partiu do senador Paulo Paim (PT-RS).

A Lei 13.467 foi sancionada pelo presidente Michel Temer em julho do ano passado, dois dias depois de ter sido aprovada pelo Congresso. No Senado, o texto foi aprovado sem alterações em relação ao que passou pela Câmara, o que gerou revolta dos opositoristas.

Havia um acordo entre a maioria governista e o Planalto para que o presidente enviasse uma medida provisória posteriormente, permitindo a alteração de alguns pontos mais controversos. A MP 808/2017 foi enviada em novembro, mas perdeu a validade em abril, sem ter sido votada.

O Estatuto do Trabalho, que

está sendo elaborado no Senado, também será discutido. Na quinta-feira, a subcomissão temporária formada para analisar o tema apresentou a primeira versão do relatório que formaliza a proposta da nova lei.

Estatuto

O texto está dividido em duas partes, sendo a primeira sobre o direito do trabalho e a segunda sobre o direito processual.

O texto regulamenta aspectos relacionados a práticas análogas à escravidão, proteção a mulheres, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e idosos e discriminação étnico-racial. Outros temas são o tempo de trabalho, o direito ao descanso, o emprego rural e autônomo.

Foram convidados para o debate dezenas de representantes de sindicatos e centrais e da Justiça do Trabalho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Edifício Wilton Paes de Almeida, no Centro de São Paulo, desabou após incêndio: caso motivou debate

Ocupação de prédios será tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou requerimento para debater a tragédia do Edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo, que incendiou e desmoronou em 1º de maio.

O autor do requerimento, o vice-presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), defendeu o debate para que os senadores analisem a falta de moradia e a situação de prédios ocupados.

Também foi aprovado pedido para que a comissão

promova um ciclo de audiências públicas para discutir a saúde pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) e os planos de saúde.

Saúde

Paim disse estar preocupado com a saúde no país. Segundo ele, os planos de saúde aumentam as mensalidades muito acima da inflação e os trabalhadores não conseguem arcar com a despesa. Por isso, disse, pelo menos 3 milhões de brasilei-

ros já abandonaram o plano de saúde e têm de recorrer ao SUS. Paim quer saber como o país vai sustentar o sistema.

Também foram aprovadas audiências públicas sobre violência nas escolas, reflexo do desemprego na vida de idosos e aposentados, reforma tributária solidária, situação do Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev), fechamento de agências dos Correios, “violência LGBTfóbica” e Estatuto do Cigano.